

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: ITAMAR TEODORO DE FARIA

TÍTULO: POLITICA CULTURAL NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

AUTORES: ITAMAR TEODORO DE FARIA, ITAMAR TEODORO DE FARIA

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): PAPq UEMG

PALAVRA CHAVE: POLÍTICA CULTURAL, DITADURA MILITAR, HISTÓRIA DO BRASIL

RESUMO

A Brasilidade, noção que se ergue somando cultura e identidade nacional, percorre longamente a História do Brasil, aparecendo sob diversos matizes em variados autores. No contexto da Ditadura Militar Brasileira, essa noção assume importância significativa por se tornar ponto nodal em um discurso que buscava e precisava dar conta da contradição fundamental entre repressão, própria de um regime autoritário, e as tentativas dos governos militares em construir um consenso, característica que o regime assume a partir de determinado momento como forma de responder a setores da sociedade e dar ares democráticos as suas práticas. Assim, a partir da análise de um corpus documental composto pelos planos nacionais de cultura, leis de segurança e de censura, criação das agências (EMBRAFILME, FUNARTE, etc.) e indústria cultural (como o fomento às empresas de comunicação, especialmente, telecomunicações), propagandas e também discursos dos generais presidentes, esta pesquisa tem como objeto de estudo as políticas culturais nos governos militares de 1966 a 1975. A problemática se explicita ao se considerar que característica definidora do autoritarismo é a repressão e o embate com as visões e práticas divergentes e, no entanto, dessa posição inicial se percebe o Estado, alimentando a ideia de brasilidade, caminhando para um processo de cooptação dos elementos opositores com vistas à criação de um consenso. Nesse sentido, a hipótese norteadora é a de que o Estado, no período da ditadura, começa por agir de forma repressora e combatendo qualquer forma de dissidência e termina por adotar práticas de cooptação e de construção de um consenso: no campo da cultura, as políticas criadas pelos governos militares de 1966 (Criação do Conselho Nacional de Cultura) a 1975 (formulação da Política Nacional de Cultura) colaboraram para a constituição e fortalecimento da identidade cultural nacional ao mesmo tempo em que buscavam dar uma resposta com verniz democrático (característica do PNC de 1975) às demandas da sociedade. Daí, os objetivos propostos se direcionam a, analisando esse movimento/processo que vai da repressão à cooptação, explicitar, refletir e compreender os fundamentos e limites conceituais da Brasilidade (Identidade e Cultura) nas políticas culturais dos governos militares que culminam na Política Nacional de Cultura (1975), como consenso que propõe a incorporação e não o embate com elementos divergentes ao regime. Desta forma, esta pesquisa se justifica por estabelecer um estudo/pesquisa que, além de trabalhar com fontes documentais, articula a produção bibliográfica sobre a temática, contribuindo para uma melhor compreensão do período em questão.

Com o golpe militar de 1964, o Brasil passa a viver um período de repressão e censura que resultou no desmantelamento da grande maioria dos projetos culturais em curso. Durante o governo de Castelo Branco (1964-1967), surgiu nos quadros do governo a discussão sobre a necessidade da elaboração de uma política nacional de cultura, mas não se registraram avanços. Em 1966, foi criado o Conselho Federal de Cultura, com 24 membros indicados pelo Presidente da República, que chegou a apresentar alguns planos de cultura para o governo, em 1968, 1969 e 1973. A criação do CFC e a elaboração desses planos de cultura são significativos da fase inicial de um processo em que ainda ecoava fortemente a noção de que o Estado deveria controlar a cultura, com uso da repressão e da censura se necessário fosse. Sua análise, então, permite visualizar essa face autoritária do regime no tocante à cultura. Um autoritarismo que reprime e embate.

No governo do Presidente Médici (1969-1974), durante a gestão do Ministro Jarbas Passarinho (1969-1973), foi elaborado o Plano de Ação Cultural PAC (1973), apresentado pela imprensa da época como um projeto de financiamento de eventos culturais. O plano marcou o início de uma série de ações do Estado no campo da cultura. Na gestão do Ministro Ney Braga, durante o governo Geisel (1974-1978), foram criados novos órgãos, entre eles o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) e ocorreu ainda a reformulação da Embrafilme, que havia sido criada em 1969. Ao final de 1975 foi elaborado o Plano Nacional de Cultura (PNC). Com a elaboração do PAC, da criação dos novos órgãos e o Plano Nacional de Cultura de 1975, já se percebe um redirecionamento no movimento que, inicialmente autoritário e repressivo, vai se revelando como uma mudança de tática, procurando um diálogo com setores da sociedade, realizando a cooptação de elementos dissidentes e buscando a construção de um consenso, no qual o Estado tem um papel de estabelecer diretrizes para o campo da cultura mas que se abre para as novas dinâmicas sociais e econômicas. Se, por um lado, a Doutrina de Segurança Nacional é definidora da Política de Desenvolvimento, o que torna estreita sua relação com as políticas culturais, o que se pode perceber nessa fase do processo e preocupação é de transferir para o Estado outro tipo de conduta contrária à presente até o momento, qual seja a de não controlador e manipulador da produção cultural e das demais atividades civis. Como já apontado anteriormente, baseando-se no discurso do ideário democrático, se enfatiza no documento da PNC a relevância da integração e do humanismo como princípios fundamentais do Regime Militar. Por fim, considerar as propagandas produzidas e veiculadas nesse período, bem como os discursos dos generais presidentes, contribui para melhor sustentar a percepção desse movimento que vai da repressão pura e simples à cooptação e construção do consenso.